

(RE)PENSANDO SEXUALIDADES E GÊNEROS: RELATOS DE DOCENTES SOBRE HOMOFOBIA NA ESCOLA

Elaine de Jesus Souza

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e-mail: elaine.js.sd@hotmail.com

Resumo

As sexualidades e os gêneros provocam desafios e inquietações na trajetória acadêmica e docente. Como uma forma de problematizar discursos que instituem normas sexuais e de gênero, e visando contribuir para a desestabilização das distintas faces da homofobia manifestada no cenário escolar, esse estudo examinou algumas cenas escolares relatadas por docentes de duas escolas públicas localizadas em um município sergipano. Desse modo, a partir de cenas escolares, busquei problematizar discursos que englobam saberes e práticas relativas às sexualidades e aos gêneros, engendrando preconceitos e discriminações que compõem o arsenal da homofobia expressa de modo sutil ou manifesto nos distintos espaços educativos. Assim, como educadores/as importam-nos problematizar discursos pautados numa lógica binária e heteronormativa, que ao se instalarem no ambiente escolar, (re)produzem essencialismos e normatizações acerca das sexualidades e dos gêneros.

Palavras-chave: Sexualidades, gêneros, homofobia, docente.

1. Introdução

As sexualidades e os gêneros provocaram (e ainda provocam) desafios e inquietações na minha trajetória acadêmica e docente. No intervalo das aulas, alguns alunos conversavam sobre a posse do grêmio estudantil (que tinha ocorrido na noite passada), quando um aluno disse: “*rapaz e aquele presidente?* (referindo-se ao aluno homossexual que assumiu a liderança do grêmio). *Eu fui pegar o microfone pra falar... aí gritaram: ‘com a palavra a primeira dama’, larguei o microfone na mesa e disse não vou mais falar...*” Então, esse aluno justificou para os colegas: “*Não gosto de viadagens*”, e a conversa foi encerrada.

Esse episódio reflete uma das múltiplas cenas escolares vivenciadas como professora-pesquisadora da educação básica, bem como evidencia a presença marcante da homofobia no cenário escolar, seja através de expressões do preconceito manifesto e/ou sutil (SOUZA, 2015). São inúmeros os casos que ilustram o arsenal da homofobia na escola, sobretudo insultos e zombarias com os sujeitos destoantes do padrão heterossexual, ocasionando violências psicológicas tão graves quanto as agressões físicas (JUNQUEIRA, 2009). Guacira Louro (1997) ressalta que essa negação das identidades sexuais e de gênero (re)produzida no ambiente escolar carrega graves consequências para jovens gays e lésbicas (e outros indivíduos que diferem das normas sexuais e de

gênero) que sofrem “gozações”, humilhações e exclusões na sala de aula, nos recreios, nos jogos, e acabam internalizando tais arbitrariedades e sentindo-se desviantes, ridículos e indesejados.

A partir da ressignificação do termo, para autores como Daniel Borrillo (2009) e Roger Raupp Rios (2009), a homofobia seria compreendida como uma série de preconceitos (expressos de modo sutil ou manifesto) e discriminações contra sujeitos que destoam das normas sexuais e de gênero, sejam lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros e/ou cisgêneros¹ que não se enquadrem no padrão heteronormativo.

As distintas formas de homofobia costumam estar alicerçadas numa lógica binária e linear que defende uma equivalência entre *sexo-gênero-sexualidade*, tal lógica denominada heteronormatividade – concebe a heterossexualidade como algo natural e a única forma legítima de desejo afetivo-sexual. Bem como, a heteronormatividade limita a concepção de gênero, ao considerar o caráter imutável, a-histórico e binário do sexo, nessa ótica somente são reconhecidos e valorizados os indivíduos que constroem identidades de gênero condizentes com o sexo biológico (cisgêneros). Desse modo, a homofobia é reiterada através do investimento continuado e repetido em estratégias aparentes ou sutis que reafirmam um princípio essencialista de que os seres humanos nascem machos e fêmeas, logo seu sexo determinaria um de dois gêneros possíveis, masculino ou feminino. Aliada ao determinismo sexual é reforçada a lógica arbitrária de que existe uma única forma normal de desejo afetivo-sexual entre pessoas do sexo oposto. Desta feita, essa lógica provoca o não reconhecimento das múltiplas vivências e expressões das sexualidades e dos gêneros, (re)produzindo preconceitos e discriminações (LOURO, 2009).

Ademais, Louro (2009) salienta que a heteronormatividade além de estar associada à homofobia, costuma incidir, de modo mais visível, sobre os sujeitos masculinos, visto que pela lógica dicotômica, os discursos e práticas que estabelecem o processo de masculinização demandam a negação de características e/ou comportamentos associados ao gênero feminino, o que se manifesta, em muitos casos, por uma elevada rejeição de expressões femininas, caracterizando a misoginia, ou seja, o preconceito relativo às mulheres. Em consonância, Rogério Junqueira (2009) corrobora que a construção da masculinidade (e também da feminilidade) baseia-se no quadro das normas de gênero, da heteronormatividade e outros arsenais que compõem a homofobia, assim a partir desses processos são instituídos e legitimados padrões acerca das vivências e expressões sexuais e de gênero.

¹ De modo resumido, o termo cisgêneros se refere aos indivíduos que se identificam com seu sexo biológico, ou seja, a identidade de gênero é compatível com sua genitália. Já os transgêneros não se identificam com seu sexo biológico.

Nesse contexto, abordagens (contínuas e sistemáticas) acerca das sexualidades e dos gêneros nos cursos de formação docente e na escola tornam-se imprescindíveis para questionar as convenções da heteronormatividade e problematizar tanto a homofobia materializada em mecanismos de interdição e controle das relações afetivo-sexuais quanto a marginalização e o não reconhecimento social das múltiplas identidades sexuais e de gênero que permeiam os cenários escolares (LOURO, 2009). As violências homofóbicas não possuem somente uma causa, pois são mantidas e reforçadas por diversos fatores socioculturais e históricos fundamentados, sobretudo em preconceitos em torno das sexualidades e dos gêneros que insistem em conservar o padrão heterossexual como hegemônico e marginalizar os sujeitos que não se enquadram nas normas sexuais e de gênero.

Embora sejam conceitos distintos, as sexualidades e os gêneros podem ser compreendidos como constructos históricos, produzidos e interpelados por uma cultura dinâmica e cambiante (LOURO, 1997). Nesse sentido, as sexualidades englobam representações, discursos, identidades, símbolos, desejos, relacionamentos que constituem processos culturais atravessados pela multiplicidade e fluidez que (re)constroem distintas possibilidades de vivências e expressões da vida humana (LOURO, 2000).

As sexualidades constituem dimensões que perpassam distintos aspectos da vida humana, portanto englobam além de sexo e reprodução, identidades sexuais e de gênero, envolvimento emocional, erotismo, amor... Bem como, envolve múltiplas vivências e expressões por meio de desejos, pensamentos, fantasias, crenças, valores, atitudes, relacionamentos. Nesse prisma, as sexualidades não envolvem somente as capacidades reprodutivas do ser humano, mas também o prazer, além de incluir componentes históricos e socioculturais. Desse modo, abrange além do nosso corpo e do prazer, nossa história, nossas crenças e costumes, relações afetivas, nossa cultura, nossas representações, ou seja, engloba a multiplicidade da vida humana (ABRAMOVAY, CASTRO; SILVA, 2004).

Para Dagmar Meyer (2004) apoiada em autoras como Joan Scott (1995) e Linda Nicholson (2000), o conceito de gênero engloba processos sociais, culturais e linguísticos que constroem diferenças entre mulheres e homens, nomeando seus corpos como sexuados e generificados. Esse conceito opera a partir da problematização de abordagens alicerçadas em noções de papéis e características essencialistas que instituem distinções (biológicas, psicológicas...) entre homens e mulheres, reforçando desigualdades e hierarquias nas relações de gênero.

A partir do entendimento de gênero com ênfase na pluralidade e conflitualidade dos processos através dos quais a cultura produz e diferencia os corpos, sujeitos femininos e masculinos, seria relevante considerar que esse conceito abarca as análises e intervenções que tomam como referência as relações de poder, não somente entre mulheres e homens, mas também engloba múltiplas identidades sociais e culturais que as/os constituem como “sujeitos de gênero”. Dessa forma, as diferenças entre mulheres e homens se expressam pela articulação de gênero com outros marcadores sociais, tais como sexualidades, raça/etnia, classe, geração, religião, nacionalidade. Por conseguinte, essa noção implica em problematizar processos, estratégias, saberes e práticas sociais e culturais que educam os sujeitos como mulheres e homens seguindo determinado padrão hegemônico, principalmente se almejarmos investir em intervenções que possibilitem transformar as relações de poder estabelecidas na sociedade (MEYER, 2004).

Borrillo (2009) acrescenta que a distinção entre os gêneros permite a legitimação implícita das desigualdades, à medida que constitui um mecanismo político de ação e reprodução social. Essa suposta diferença sexual estrutura uma concepção normativa e reafirma características inerentes ao masculino e ao feminino como se fossem naturais e indicadas pelo sexo. É dessa forma que o sistema sociocultural impele à adesão cega a uma lógica binária acerca dos gêneros e das sexualidades, ditando a existência de dois polos desiguais: homem/mulher, heterossexual/homossexual; masculino/feminino, entre outras dicotomias que servem para reforçar as práticas homofóbicas e marginalizar a diversidade de indivíduos.

Nessa direção, a homofobia funciona como uma “guardiã das normas sexuais e de gênero”, ao englobar práticas discriminatórias intensas e cotidianas contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros, expressas em diversos âmbitos sociais, por meio de exclusões que anulam e/ou prejudicam o reconhecimento e o exercício igualitário de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos sociocultural ou em qualquer esfera da vida pública. Ademais, a qualificação de um ato como homofóbico não depende da intencionalidade, pois seja proposital ou não, a discriminação homofóbica, ocorre sempre que houver alguma violação de direitos humanos através da manifestação de preconceitos diante dos modos de ser/estar e/ou viver destoantes da heteronormatividade. Assim, torna-se necessário desconstruir tanto as formas intencionais (discriminação direta) quanto não intencionais (discriminação indireta) das práticas homofóbicas, uma vez que ambas lesionam direitos de forma grave e disseminada (RIOS, 2009).

Nesse sentido, faz-se necessário combater a homofobia em todas as suas formas, visto que não são apenas as violências físicas ou discriminações diretas e intencionais que devem ser

desconstruídas, mas também as manifestações preconceituosas camufladas, ditas não intencionais. Cabe destacar que as violências não físicas perpetradas contra sujeitos não heterossexuais através de provocações, zombarias, silenciamentos, exclusões representam o cerne das práticas homofóbicas que levam até a morte de indivíduos, simplesmente porque não se enquadram nos arbitrários padrões sexuais e de gênero.

2. Caminhos metodológicos

Como uma forma de problematizar e contribuir para a desestabilização das distintas faces da homofobia manifestada no cenário escolar, esse estudo teórico inclui algumas cenas escolares transcritas a partir da minha pesquisa de mestrado (SOUZA, 2015) realizada com docentes de duas escolas públicas (uma de ensino fundamental e a outra também com ensino médio) localizadas em um município sergipano.

A partir de cenas escolares, busco repensar e problematizar os discursos que englobam saberes e práticas acerca das sexualidades e dos gêneros, engendrando preconceitos e discriminações que compõem o arsenal da homofobia expressa de modo sutil ou manifesto nos distintos espaços educativos. Para Michel Foucault (2004) aprender a problematizar significa realizar um movimento de análise crítica, observando como foram construídos diferentes discursos e/ou soluções para um problema.

3. Resultados e Discussão

Em direção à problematização, selecionei algumas cenas escolares descritas pelos/as professores/as, que evidenciam a presença “vigilante e punitiva” da homofobia na vida de crianças e jovens que não se encaixam no padrão heteronormativo. A saber:

Numa escola que eu trabalhei tinha um aluno que era homossexual e o irmão era todo machão... e discriminava muito o outro, né? Que era homossexual. Aí, a família ia na escola... e uma vez num recreio jogaram a comida do lanche nele. Eu tava começando, tinha vinte e poucos anos, [...] e fiquei observando aquela cena de como a gente não tolera a diferença um do outro, como é difícil... Por discriminar, pelo jeito dele e assim o irmão fazia parte de um grupinho bem barra pesada. Então, a gente tinha que trabalhar com jeito, mas tudo é questão do diálogo e eu acho que tem que trabalhar. Você não tem como ficar omissa vendo uma coisa dessas com um aluno, porque isso marca a vida inteira (Prof.^a de História)

Um aluno aqui falou pra mim, ainda é uma criança, que vinha para escola e alguns colegas do outro lado da rua chamando ele de: “Viado! Viado!”. Já cansei dessa

situação. Mas na nossa sociedade é cultura. Dessa forma, por colegas da escola, um outro foi surrado o ano passado no pátio da escola. (Prof.^a de Sociologia)

A gente tem em uma turma, um aluno que tem aquela voz menos grave e tal, e os alunos consideram que ele tem trejeitos e acaba que os alunos mais danados da turma acabam sempre implicando: “ah num sei quem é gay, é isso, é aquilo”. Então, percebemos que ele fica meio acuado e cria problema. Sofre com os apelidos. [...] (Prof. de Biologia)

A homofobia engloba agressões verbais e/ou físicas aos indivíduos que não se enquadram no padrão heteronormativo. No âmbito educacional, o termo bullying tem sido empregado para nomear as violências que os/as alunos/as sofrem no espaço escolar, bem como, o termo bullying homofóbico refere-se, de forma específica, as violências (preconceitos, discriminações, exclusões, agressões verbais e/ou físicas) sofridas por discentes lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e/ou afins (DINIS, 2011).

Não é por acaso que crianças, jovens e adultos/as, de variadas maneiras, sofrem constantemente com ofensas, constrangimentos, tratamentos preconceituosos, medidas discriminatórias, agressões físicas e/ou verbais, por serem identificados como lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, ou seja, por serem vistos como não heterossexuais. Esses sujeitos, antes de reconhecerem suas identidades sexuais e de gênero ou nem mesmo sabendo o que isso significa, estão na mira de uma pedagogia das sexualidades que é traduzida em uma “pedagogia do insulto”. Esta é veiculada por meio de brincadeiras, jogos, piadas, apelidos pejorativos, humilhações, escárnios, ameaças, mecanismos que têm o poder de silenciamento, dominação simbólica, objetivação, normalização, marginalização e exclusão da diversidade sexual no espaço escolar, onde deveria ser vista como uma forma de reafirmar a pluralidade democrática (LOURO, 2000; PRADO & JUNQUEIRA, 2011).

Na maioria das escolas, os insultos mais frequentes, que se ouvem nos corredores ou na própria sala de aula são os apelidos pejorativos, tais como “viado” e “bicha”. Trata-se de uma forma de intimidar e subestimar os colegas, utilizando um tipo de humilhação que afeta a definição de identidade masculina. Ademais, são empregados termos como “sapatão” e “moleque” para se referir a lésbicas e/ou garotas que diferem do padrão de feminilidade, uma série de outros termos pejorativos que ferem e magoam os indivíduos que não se enquadram na heteronormatividade. Esses insultos indicam a obrigação de respeitar as normas que encaixam cada sujeito social dentro de uma estreita margem de atuação. Os homens têm que se comportar de acordo com os rótulos e as diretrizes que definem a masculinidade, e do mesmo modo, as mulheres devem se comportar de acordo com o que a sociedade e a cultura ditam. Dessa maneira, a mensagem implícita é: quando

alguém rompe as normas recebe uma punição, insultos, isolamentos, vexações e todos os tipos de humilhações que são mais ou menos evidentes e toleradas por nosso ambiente social imediato, como a família, a escola, o bairro, o trabalho, entre outras instâncias sociais (PLATERO, 2008).

Diante do exposto, evidencia-se que as violências homofóbicas não possuem somente uma causa, pois são ocasionadas e reforçadas por diversos fatores socioculturais e históricos fundamentados, sobretudo, em crenças, mitos, tabus e preconceitos em torno das sexualidades e dos gêneros que insistem em manter o padrão heterossexual como hegemônico, marginalizando as diferenças sexuais e de gênero.

4. Conclusões transitórias

As cenas escolares descritas incitam alguns questionamentos: que estratégias didáticas poderiam contribuir para discutir sobre sexualidades e gêneros na escola, visando desestabilizar a homofobia? Como (re)pensar abordagens acerca das sexualidades e dos gêneros nos cursos de formação docente que permitam problematizar as normas sexuais e de gênero materializadas na homofobia? Como possibilitar o (re)conhecimento das identidades sexuais e de gênero no universo escolar?

Como educadores/as importar-nos problematizar discursos pautados numa lógica binária e heteronormativa, que foram se instalando no ambiente escolar e (re)produzindo normatizações, essencialismos, “verdades incontestáveis” e relações de poder desiguais. Desse modo, faz-se necessário examinar os mecanismos discursivos que “inventaram” normas acerca das sexualidades e dos gêneros para disciplinar corpos e manter certezas em torno dos sujeitos, saberes e práticas, para quem sabe incitar a (re)construção de um cenário educacional atento ao modo como são produzidas as demandas políticas e socioculturais contemporâneas.

Ademais, o investimento em ações pedagógicas contínuas e sistemáticas, parcerias entre instituições educacionais e movimentos sociais (feministas, LGBT, entre outros) poderiam constituir estratégias importantes em direção à desconstrução da homofobia nos espaços escolares.

Referências²

ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Garcia Mary; SILVA, Lorena Bernadete. **Juventudes e sexualidade**. Brasília: UNESCO Brasil, 2004. p. 29-38.

BORRILLO, Daniel. A homofobia. In: LIONÇO, Tatiana; DINIZ, Debora (Orgs.). **Homofobia & Educação: um desafio ao silêncio**. Brasília: LetrasLivres: EdUnB, 2009, p.15-46.

DINIS, Nilson Fernandes. Homofobia e educação: Quando a omissão também é signo de violência. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 39, p. 39-50, jan./abr. 2011.

FOUCAULT, Michel. Polêmica, política e problematizações (1984). In:_____. **Estratégia, poder-saber**. Organização de Manoel Barros da Motta. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004. p. 225-233. (Coleção Ditos & Escritos IV).

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Homofobia nas Escolas: Um problema de todos. In: _____. (Org.). **Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009, p.53-84.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. 179 p.

_____. Pedagogias da sexualidade. In:_____. (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 07-34.

_____. Heteronormatividade e Homofobia. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org.). **Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009, p.85-94.

MEYER, Dagmar Elisabeth Estermann. Teorias e políticas de gênero: fragmentos de histórias e desafios atuais. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 57, n. 1, p. 13 -18, jan./fev. 2004.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 8, n. 2, 2000.

PLATERO, Raquel. La homofobia como elemento clave del acoso escolar homofóbico. Algunas voces desde Rivas Vaciamadrid. **Información Psicológica**, v. 94, p. 71-83, 2008.

PRADO, Marco Aurélio Máximo; JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Homofobia, hierarquização e humilhação social. In: VENTURI, Gustavo; BOKANY, Vilma (Orgs.). **Diversidade sexual e homofobia no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011, p.51-71.

RIOS, Roger Raupp. Homofobia na Perspectiva dos Direitos Humanos e no Contexto dos Estudos sobre Preconceito e Discriminação In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org.). **Diversidade Sexual na**

² De acordo com Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 6023.

Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009, p.53-84.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul/dez. 1995.

SOUZA, Elaine de Jesus. **Diversidade Sexual e Homofobia na escola:** representações sociais de educadores da educação básica. Dissertação (Mestrado). São Cristóvão: UFS/PPGPS, 2015.